

INTERESSADA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO  
DA EDUCAÇÃO  
ASSUNTO : PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DE CONSELHO ESTADUAL DE  
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA  
RELATOR : CONSELHEIRO ARTHUR RIBEIRO DE SENNA FILHO

PROCESSO Nº 72/2004

*APROVADO PELO PLENÁRIO EM 24/08/2004*

**PARECER CEE/PE Nº 79/2004-CLN**

---

## **1. DA SOLICITAÇÃO**

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, por sua titular, Professora Lúcia Maria Lins Browne Rêgo, através do Ofício nº 10, de 20.04.2004, comunica o cumprimento da primeira finalidade da Comissão Interinstitucional de Educação Escolar Indígena, consistente em proposta de criação de Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena de Pernambuco, expresso em Projeto de Lei, que anexa, bem como solicita sua análise.

## **2. DA ANÁLISE**

### **2.1. DA INTRODUÇÃO**

De início, observemos que o Projeto de Lei apresentado pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco aponta para a coexistência de dois Conselhos Estaduais de Educação - o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco e a Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena de Pernambuco -.

Este parecer orienta-se no sentido de concluir a respeito de três hipóteses:

- 2.1.1.** a possibilidade de coexistência legal do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco com o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena de Pernambuco, nos termos do Projeto de Lei;
- 2.1.2.** a possibilidade legal de existência de Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena;
- 2.1.3.** a pertinência de criação de Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena de Pernambuco.

Para a clareza e entendimento, dada a similaridade das denominações, o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco e o proposto Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena de Pernambuco, neste Parecer, serão chamados, respectivamente, Conselho Estadual de Educação e Conselho de Educação Escolar Indígena.

## **2.2. a possibilidade de coexistência legal do Conselho Estadual de Educação com o Conselho de Educação Escolar Indígena, nos termos do Projeto de Lei**

### **2.2.1. Do Conselho Estadual de Educação**

O Conselho Estadual de Educação foi criado pela Lei Estadual nº 4.591, de 01.03.1963, tendo sido recepcionado pela Constituição do Estado de Pernambuco, de 1989:

*Art. 195. O Conselho Estadual de Educação será organizado de maneira a assegurar seu caráter público, sua constituição paritária e democrática, sua autonomia em relação ao Estado e às entidades mantenedoras das instituições privadas, e a ele compete:*

- I - apreciar, em primeira instância, os Planos Estaduais de Educação, elaborados pela Secretaria de Educação, com participação das Secretarias e órgãos municipais, respeitados os princípios estabelecidos nesta Constituição e no Plano Nacional de Educação;*
- II - propor metas de desenvolvimento setoriais, buscando a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar em todos os níveis;*
- III - acompanhar e avaliar a execução dos Planos Estaduais de Educação;*
- IV - adequar as diretrizes gerais curriculares estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação às especificidades locais e regionais.*

*Parágrafo único. Os Planos Estaduais de Educação serão submetidos à aprovação pela Assembléia Legislativa.*

A recente Lei Estadual nº 11.913, de 27.12.2000, tratando do Conselho Estadual de Educação, de suas competências, de sua composição e do seu funcionamento, redefiniu-o:

*Art. 1º. O Conselho Estadual de Educação, criado pela Lei nº 4.591, de 1º de março de 1963, é órgão normativo, deliberativo, consultivo do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, sendo assegurado seu caráter público, sua constituição paritária e democrática e sua autonomia em relação ao Estado e às entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino, de conformidade com o estabelecido nesta Lei.*

### **2.2.2. Do Conselho de Educação Escolar Indígena Proposto**

O Conselho de Educação Escolar Indígena está definido no art. 1º do Projeto de Lei apresentado pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco:

*Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Sistema Estadual de Educação do Estado de Pernambuco, o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena de Pernambuco - CEEIN, órgão consultivo e deliberativo e de assessoramento técnico sobre matérias relativas às ações e aos projetos de educação escolar desenvolvidos junto às comunidades indígenas em Pernambuco, sendo assegurado seu caráter público, sua constituição paritária e democrática e sua autonomia.*

Este dispositivo institui e define o Conselho de Educação Escolar Indígena. Analisemos estes aspectos.

### 2.2.3. Da Instituição de Conselho de Educação Escolar Indígena

A **instituição** dá-se no âmbito do *Sistema Estadual de Educação do Estado de Pernambuco* - leiamos a denominação consagrada pela Lei Federal nº 9.394, de 20.12.1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, exatamente Sistema de Ensino, no caso, do Estado de Pernambuco -.

Para a gestão da Educação brasileira, o Constituinte de 1988 optou por aproveitar o modelo federal de Estado, ao estabelecer, no art. 211 da Constituição Federal: *A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.*

Como não poderia deixar de ser, dada a supremacia da Constituição Federal, a LDB repetiu a regra constitucional, instituindo os sistemas de ensino, apenas acrescentando a liberdade de organização, de acordo com seus termos (art. 8º, § 2º), mas, na verdade, de acordo com a autonomia decorrente da forma federal do Estado brasileiro. Eis a razão de não haver, entre os sistemas de ensino, qualquer diferença de instituição, de autonomia e de limite, afora as competências legalmente previstas, reafirme-se, tudo conforme expressa disposição legal.

Tratando de aspecto nacional, a Lei Federal instituiu os sistemas - Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal -, restando à União Federal, aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, respectivamente, a possibilidade de organizá-los, ou seja, de identificar os órgãos integrantes, de estruturá-los e de prever-lhes competências e o modo de funcionamento. Essa iniciativa de organização ainda não ocorreu no Estado de Pernambuco, até porque, embora não formalizado, a sociedade não parece encontrar dificuldade para conhecer nem para reconhecer seu Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco. Pode-se até desconhecer seus integrantes, exaustivamente, mas não as instituições e os órgãos que o integram.

A partir do momento, no entanto, em que se pretende a instituição de um órgão educacional<sup>1</sup> - novo e desconhecido -, ocorrerá a necessidade de sua localização no Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, através de ato legislativo, o que foi olvidado pelo Projeto de Lei.

A boa técnica recomenda que a lei criadora do órgão também o localize na estrutura da Estado, ou, pelo menos, e essa não é a melhor técnica, remeta essa localização a outro ato legislativo. Como último argumento, é da localização do órgão na estrutura administrativa do Estado que dependerá seu funcionamento - recursos humanos, orçamentários e controle administrativo -.

Se a Comissão Interinstitucional de Educação Escolar Indígena, no Projeto de Lei de criação do Conselho de Educação Escolar Indígena, parece ter seguido o modelo de criação do Conselho Estadual de Educação, cuja legislação mencionada não especifica, tampouco, sua localização na estrutura administrativa do Estado, este Conselho, além de conhecido e reconhecido, tem sido referido e localizado sucessivamente na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, cujo regulamento último, em seu art. 3º, aprovado pelo Decreto nº 25.314, de 19.03.2003, com base na Lei Complementar nº 49, de 31.01.2003, especifica:

---

<sup>1</sup> Que, nos termos da LDB, integraria o Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco: **ART. 17.** Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem: .... **IV** - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

*Art. 3º. As atividades da Secretaria de Educação e Cultura serão desenvolvidas diretamente por suas unidades integrantes e, indiretamente, por entidade vinculada.*

*Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a Secretaria de Educação e Cultura terá a seguinte estrutura:*

...

*XX - Conselho Estadual de Educação - CEE;*

#### **2.2.4. Da Definição do Conselho de Educação Escolar Indígena**

A definição do Conselho de Educação Escolar Indígena, como apresentado no Projeto de Lei, comunica sua constituição como órgão - mas sem especificar a natureza -, consultivo - mas sem especificar de quem - e de assessoramento - mas sem identificar a quem -. Observe-se que a ausência de sua localização na estrutura administrativa do Estado provoca indefinições em sua concepção e em seu funcionamento, como se verá, por exemplo, mais adiante, na análise de suas competências.

O único elemento identificador do Conselho de Educação Escolar Indígena é sua dedicação à Educação na perspectiva puramente escolar.

#### **2.2.5. Das Competências do Conselho de Educação Escolar Indígena**

As competências do Conselho de Educação Escolar Indígena estão definidas no art. 2º do Projeto de Lei:

*Art. 2º. Compete ao Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena:*

- I - formular a Política de Educação Escolar Indígena;*
- II - deliberar sobre a Política de Educação Escolar Indígena em todos os níveis e modalidades de ensino;*
- III - acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução da Política de Educação Escolar Indígena;*
- IV - assessorar entidades e órgãos da administração estadual e municipal na formulação e execução da Política de Educação Escolar Indígena;*
- V - zelar pela integração das ações e decisões das entidades e órgãos da administração estadual e municipal no que diz respeito à Política de Educação Escolar Indígena e sua execução;*
- VI - articular-se com as entidades e órgãos responsáveis pela Política Nacional de Educação Escolar Indígena;*
- VII - outras atribuições correlatas.*

Analisemos algumas dessas competências.

**2.2.5.1.** Tratando-se de um órgão de Estado, como proposto, a **Política de Educação Escolar Indígena** formulada pelo Conselho de Educação Escolar Indígena, como propõe o inciso I do art. 2º do Projeto de Lei, constituir-se-ia em política pública de educação. Eis sua natureza. Aqui, é de se ver que políticas públicas, em rápida análise, devem ser formuladas com participação popular, como também devem conter mecanismos de controle e de acompanhamento eficazes, não se podendo desconsiderar sua iniciativa pelo governo, a articulação interna e sua responsabilidade.

Sem prejuízo do que se disse, acima, sobre a necessidade e o respeito à participação popular e sobre os mecanismos de controle e de acompanhamento, é inaceitável que o Poder Executivo perca ou renuncie à iniciativa de formulação de política pública de Educação. A conservação dessa iniciativa é condição, mesmo, de garantia de sua exequibilidade.

Uma vez apreciada por este Conselho Estadual de Educação, uma vez aprovada pela Assembléia Legislativa através de Lei, e uma vez revelada inexequível por disparidade entre autoria e execução, poderá haver indícios de crime de responsabilidade.

Importando sua natureza, mas não sua denominação, reafirme-se a existência de política pública de Educação, expressa no *Plano Estadual de Educação - 2002 - 2012*, já apreciado por este Conselho Estadual de Educação, através do Parecer CEE/PE nº 38/2001-CP, e aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, através da Lei nº 12.252, de 08.07.2002, tanto quanto sua alteração, através da Lei nº 12.286, de 28.11.2002, também versante sobre a Educação Indígena. Enfim, acrescente-se, um Plano Estadual de Educação elaborado nos termos da Constituição do Estado de Pernambuco:

*Art. 195. O Conselho Estadual de Educação será organizado ..., e a ele compete:*

- I - apreciar, em primeira instância, os Planos Estaduais de Educação, elaborados pela Secretaria de Educação, com participação das Secretarias e órgãos municipais, respeitados os princípios estabelecidos nesta Constituição e no Plano Nacional de Educação;*

Assim, a competência trazida pelo inciso I do art. 2º do Projeto de Lei implicará inconstitucionalidade da competência de formulação da política pública de Educação Indígena<sup>ii</sup>, pois que a elaboração, no dizer da Constituição do Estado de Pernambuco, dos Planos Estaduais de Educação é da competência da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

**2.2.5.2. A competência de deliberação sobre a política de Educação escolar indígena em todos os níveis e modalidades**, trazida pelo inciso II do art. 2º do Projeto de Lei, é vazia, porquanto deliberar é atitude primeira para qualquer decisão, resolução ou determinação, seja o órgão coletivo ou singular. Assim, necessária seria a explicitação das finalidades da deliberação, com a ciência de que Conselho de Educação Escolar Indígena não poderia aprovar nem rejeitar política pública de Educação elaborada pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, mesmo que, equivocada e unicamente, tratasse de Educação indígena em seu aspecto simplesmente escolar e ou dissociada da Educação como direito, com dimensão e processo mais amplos. E isso porque, nos termos do parágrafo único do art. 195 da Constituição do Estado de Pernambuco:

*Os Planos Estaduais de Educação serão submetidos à aprovação pela Assembléia Legislativa.*

A conclusão é imperativa: se deliberar significa aprovar ou rejeitar política estadual de Educação, mesmo tendo a civilização indígena como beneficiária, ou tratando de aspecto escolar, como se disse, a competência seria inconstitucional.

---

<sup>ii</sup> Desde logo, afirme-se que primeiro controle legal de constitucionalidade ocorrerá pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Assembléia Legislativa. O segundo pelo Poder Judiciário, mediante provocação.

**2.2.5.3. O acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução da Política de Educação Escolar Indígena** pelo Conselho de Educação Escolar Indígena, nos termos do inciso III do art. 2º do Projeto de Lei, seriam, igualmente competências inconstitucionais, já que, em última instância, são da competência do Conselho Estadual de Educação, nos termos, ainda, da Constituição do Estado de Pernambuco:

*Art. 195. O Conselho Estadual de Educação será organizado ..., e a ele compete:*

...

*III - acompanhar e avaliar a execução dos Planos Estaduais de Educação;*

**2.2.5.4.** Quanto à competência de **assessoria**, informada pelo inciso IV do art. 2º do Projeto de Lei, ressalte-se o entendimento deste relator de que conselhos de Estado não devem ter a competência de assessoria permanente, temporária, pontual ou temática a instituições privadas ou públicas, mas, tão-somente, de consultoria a órgãos especificados por sua lei de criação, integrantes da entidade político-administrativa que os criou. Tal não significa que eventual cooperação técnica não possa ser estabelecida, prática, aliás, que não os desnatura. Ainda nesse tocante, observe-se a contradição: por que a assessoria a órgãos, na formulação da política de Educação escolar indígena, se a formulação caberia ao próprio Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena?

**2.2.5.5.** Por fim, **outras atribuições correlatas**, referidas pelo inciso VII do art. 2º do Projeto de Lei, são, na verdade, outras **competências**, seguindo-se a correta referência do *caput*.

#### **2.2.6. Da Composição do Conselho de Educação Escolar Indígena**

O art. 3º do Projeto de Lei de criação de Conselho de Educação Escolar Indígena dispõe que este *será composto por 20 conselheiros(as) com o mandato de dois anos, podendo ser reeleito a um único período subsequente*.

Este art. 3º, ressalte-se, fala em **reeleição para um único período subsequente**, sugerindo a **eleição** como forma de investidura para o primeiro mandato - não *período*; o mandato é que dura um período -, mas a eleição não é tratada pelo Projeto de Lei, que deveria, ao menos, identificar os eleitores, suas condições, bem como as de elegibilidade dos candidatos, seus eventuais impedimentos e incompatibilidades, e a forma de realização das eleições.

Dificultando ainda mais o entendimento do processo eleitoral, o Projeto de Lei, ainda em seu art. 3º, refere-se àqueles que seriam candidatos:

*I - dez (10) representantes dos povos indígenas usuários do sistema;*

*II - cinco (5) representantes dos gestores públicos, sendo:*

- a) um membro da Secretaria Estadual de Educação;*
- b) um membro do Conselho Estadual de Educação - CEE;*
- c) um membro da Fundação Nacional do Índio - FUNAI;*
- d) um membro da Universidade de Pernambuco - UPE;*
- e) um membro da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE;*

*III - cinco (5) representantes de instituições e organizações não-governamentais, sendo:*

- a) um membro da Comissão dos Professores Indígenas do Estado de Pernambuco - COPIPE;*
- b) um membro da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo - APONIME;*
- c) um membro do Centro de Cultura Professor Luiz Freire - CCLF;*
- d) um membro do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco - SINTEPE;*
- e) um membro do Conselho Indigenista Missionário - CIMI-NE.*

O critério de eleição, **sugerido**, só bem se aplica a representantes dos povos indígenas, sendo impossível a identificação de quem é e de quem não é usuário do sistema, como exigido, pois, como se verá adiante, Educação é direito fundamental que tem a sociedade como titular, que dela se beneficia como fator de desenvolvimento, não importando o usuário.

Ademais, parece-nos ineficaz a proposta de candidatura de gestores públicos, de Conselheiros Estaduais de Educação, de técnicos e ou docentes das Universidades referidas, e de membros de ONG's.

Acrescente-se que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco e o Centro Indigenista Missionário podem até indicar membros para a composição do Conselho de Educação Escolar Indígena, mas não por se configurarem em organização não-governamental, no sentido de assessoria aos movimentos populares e de autonomia frente ao Estado, e isso em virtude da natureza sindical do primeiro e da subordinação do segundo à Igreja Católica Apostólica Romana, ao Estado em derradeira análise.

Ainda sobre a eleição, se tivesse restado clara como forma de investidura no cargo público honorífico de Conselheiro Estadual de Educação Escolar Indígena de Pernambuco, certamente ficaria evidente a contradição entre a impossibilidade de reeleição para mandatos subseqüentes e o espírito e a finalidade do processo eleitoral: avaliação ou reavaliação para a escolha.

Por fim, merece reparo o art. 5º do Projeto de Lei, prescrevendo que a *participação como Membro do CONSELHO não será remunerada a qualquer título e será considerada função pública relevante*. A participação, efetivamente, não é função, mas seria o exercício de cargo público honorífico de Conselheiro Estadual de Educação Escolar Indígena de Pernambuco.

### **2.3. A Possibilidade Legal de Existência do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena**

Por todos os fatos analisados, de acordo com o Projeto de Lei apresentado, não procede o desenho institucional do Conselho de Educação Escolar Indígena.

### **2.4. a pertinência de criação de Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena**

A criação de Conselho de Educação Escolar Indígena, nos termos do Projeto de Lei, tem como objeto destacado a Educação escolar.

Sem preocupação com a repetição de idéias, identificadas as previsões legais sobre Educação e cultura Indígenas<sup>iii</sup>, aplicáveis aos vários sistema de ensino - Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, são inventariadas as seguintes garantias e iniciativas:

- 2.4.1. a utilização de línguas indígenas maternas e de processos de aprendizagem próprios às comunidades indígenas, no ensino fundamental;
- 2.4.2. a proteção, pelo Estado, das manifestações culturais indígenas;
- 2.4.3. o reconhecimento da organização social indígena, de seus costumes, de suas línguas, de suas crenças, de suas tradições e dos direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios;
- 2.4.4. o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, a seus valores artísticos e aos meios de expressão;
- 2.4.5. a extensão do sistema de ensino à população indígena, com as necessárias adaptações;
- 2.4.6. a alfabetização na língua indígena do grupo e em português, salvaguardado o uso da primeira;
- 2.4.7. o ensino da História do Brasil levando em consideração as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia;
- 2.4.8. a integração de programas de ensino e pesquisa, para a oferta de Educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, para a recuperação de suas memórias históricas, para a reafirmação de suas identidades étnicas, para a valorização de suas línguas e ciências; para garantir aos índios, a suas comunidades e seus povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias;
- 2.4.9. o apoio técnico e financeiro da União aos sistemas de ensino no provimento da Educação intercultural a comunidades indígenas, com desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa, para o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena; para a manutenção de programas de formação de pessoal especializado, destinados à Educação escolar nas comunidades indígenas; para o desenvolvimento de currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais da respectiva comunidade; e para a elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado;

---

**iii CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ART. 210.** Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 2º. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem ... **ART. 215.** O Estado garantirá a todos



o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional ... **ART. 231.** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. **LEI FEDERAL Nº 6.001, DE 19.12.1973 - ESTATUTO DO ÍNDIO: ART. 47.** É assegurado o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de expressão. **ART. 48.** Estende-se à população indígena, com as necessárias adaptações, o sistema de ensino em vigor no País. **ART. 49.** A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertençam, e em português, salvaguardado o uso da primeira. **ART. 50.** A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais. **ART. 51.** A assistência aos menores, para fins educacionais, será prestada, quanto possível, sem afastá-los do convívio familiar ou tribal. **ART. 52.** Será proporcionada ao índio a formação profissional adequada, de acordo com o seu grau de aculturação. **ART. 53.** O artesanato e as indústrias rurais serão estimulados, no sentido de elevar o padrão de vida do índio com a conveniente adaptação às condições técnicas modernas. **LEI FEDERAL Nº 9.394, DE 20.12.1996 - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB: ART. 26.** Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela ... § 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia ... **ART. 32.** O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: ... § 3º. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem ... **ART. 78.** O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: **I** - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências; **II** - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. **ART. 79.** A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. § 1º. Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas. § 2º. Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos: **I** - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena; **II** - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; **III** - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; **IV** - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado. **CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, APROVADA PELO DECRETO FEDERAL Nº 99.710, DE 21.11.1990<sup>1</sup>: Artigo 17** Os Estados Partes reconhecem a função importante desempenhada pelos meios de comunicação e zelarão para que a criança tenha acesso a informações e materiais procedentes de diversas fontes nacionais e internacionais, especialmente informações e materiais que visem a promover seu bem-estar social, espiritual e moral e sua saúde física e mental. Para tanto, os Estados Partes: ... d) incentivarão os meios de comunicação no sentido de, particularmente, considerar as necessidades lingüísticas da criança que pertença a um grupo minoritário ou que seja indígena; ... **Artigo 29** 1. Os Estados Partes reconhecem que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de: ... d) preparar a criança para assumir uma vida responsável numa sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena; ... **Artigo 30** Nos Estados Partes onde existam minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas, ou pessoas de origem indígena, não será negado a uma criança que pertença a tais minorias ou que seja indígena o direito de, em comunidade com os demais membros de seu grupo, ter sua própria cultura, professar e praticar sua própria religião ou utilizar seu próprio idioma. **DECRETO FEDERAL Nº 26, DE 04.02.1991: ART. 1º.** Fica atribuída ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a Funai. **ART. 2º.** As ações previstas no Art. 1º serão desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação. **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO: ART. 180.** A educação fundamental e o ensino médio terão uma base comum nacional para os conteúdos dos currículos, respeitadas as especificidades regionais ... § 3º. Serão asseguradas às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem ... **ART. 197.** O Estado tem o dever de garantir a todos a participação no processo social da cultura ... § 2º. O Poder Público protegerá, em sua integridade e desenvolvimento, as manifestações de cultura popular, de origem africana e de outros grupos participantes do processo da civilização brasileira.

- 2.4.10. a consideração das necessidades lingüísticas da criança indígena pelos meios de comunicação, especialmente para a promoção de seu bem-estar social, espiritual, moral e de sua saúde física e mental;
- 2.4.11. o preparo da criança para assumir uma vida responsável em uma sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena;
- 2.4.12. o direito da criança indígena de, em comunidade, ter sua própria cultura, professar e praticar sua própria religião e utilizar seu próprio idioma;
- 2.4.13. a atribuição de competência ao Ministério da Educação de coordenar as ações referentes à Educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, a serem desenvolvidas pelas secretarias de Educação dos estados e dos municípios;
- 2.4.14. a proteção do Estado de Pernambuco às manifestações de grupos participantes do processo de civilização brasileira, em sua integridade e desenvolvimento.

É verdade que algumas das previsões são eivadas de ideologia colonizadora, todas da Lei Federal nº 6001, de 19.12.1973 - Estatuto do Índio, a exemplo daquela do art. 50 de integração do índio *na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais*, como se a comunhão nacional não devesse integrar o índio, mediante processo de compreensão de seus problemas gerais e dos valores de sua sociedade, não aproveitando, mas propiciando-lhe, isso sim, o desenvolvimento das aptidões individuais. Ou como a previsão do art. 51: *a assistência aos menores, para fins educacionais, será prestada, quanto possível, sem afastá-los do convívio familiar ou tribal*, como se Educação fosse assistência social e não serviço público de oferta obrigatória pelo Estado no próprio ambiente familiar e tribal. Ou, por fim, como a previsão do art. 52, de que o Estado se obriga a proporcionar *ao índio a formação profissional adequada, de acordo com o seu grau de aculturação*, como se ao índio, em virtude de sua aculturação, mas não de sua vontade, não lhe restasse outra opção senão a de profissionalizar-se.

Observe-se que, afora essas previsões, as demais, *grosso modo*, declaram e formalizam direitos, mas não formalizam os modos de sua materialização, os modos de realização desses direitos, mal do qual padecem as sociedades de Estados com a democracia representativa tradicional, com incipientes mecanismos de controle e de acompanhamento das políticas públicas.

Observe-se, ainda e *grosso modo*, que, no Projeto de Lei de criação de Conselho de Educação Escolar Indígena, é clara a ênfase escolar, infelizmente com distância de entendimento mais largo da Educação, compreendida, discutida e tratada como direito fundamental do homem, que possibilita sua conscientização de sujeito histórico e a aquisição de poder de orientação pessoal, para a melhoria da condição social - dele incluído -. Daí, como processo vinculado a várias condições e dimensões do homem, referindo-se à formação da personalidade e ao desenvolvimento de potencialidades, sempre a partir da atuação de educadores, com recurso à socialização de conhecimentos e à vivência de valores pautados pela ética.

A ênfase escolar parece ser uma proposital simetria com as seguintes ações do Ministério da Educação:

**2.4.15.** a criação de comissões de Educação indígena:

**2.4.15.1.** Comissão de Análise de Projetos da Educação Escolar Indígena;

**2.4.15.2.** Comissão Nacional de Professores Indígenas;

**2.4.16.** a elaboração do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas;

**2.4.17.** a elaboração de Referenciais para a Formação de Professores Indígenas.

De tudo o que se disse, importa reafirmar a Educação como **direito fundamental**, e que, por assim constituir-se:

**2.4.18.** inclui a Educação escolar, a instrução;

**2.4.19.** tem como atributo a universalidade, independentemente da civilização a que pertençam ou à qual se integrem os indivíduos;

**2.4.20.** não deve ser repartido por temática ou entre, no caso, civilizações, mas, diferentemente, deve ser propositivamente aprofundado;

**2.4.21.** tem como titular não indivíduos ou grupos, mas a sociedade.

Por tudo o que se disse, não se pode conceber pertinente um Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena que fragmente a construção doutrinária do direito fundamental à Educação, ou que enfraqueça esse direito por seu distanciamento da sociedade ou do conjunto de civilizações de uma sociedade. Com isso, não se pense, tampouco, que o direito fundamental à Educação pelos índios não deva ser redimensionado para além da perspectiva puramente escolar, que não deva universalizar-se, nem que seja direito apenas das civilizações indígenas. Diferentemente, é direito que, reafirme-se, tem a sociedade como seu titular.

Por estranho que possa parecer, a discussão sobre a Educação indígena, no Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, que deveria pautar-se pelas questões mais amplas da Educação, afasta-se dessas questões e se pauta pela criação de um Conselho de Educação Escolar Indígena, quando a escola, obviamente com qualidade, é o *locus* próprio e autônomo para a contemplação das especificidades do processo educacional indígena, ainda mais que a recente LDB aponta para uma série de princípios éticos, de princípios pedagógicos e de princípios organizativos orientadores, formando um rico espectro de possibilidades de organização das escolas indígenas.

### 3. VOTO

Por todo o exposto, reconhecendo, para fins unicamente de esclarecimento, a autonomia do Estado de Pernambuco de criação de conselho estadual de Educação escolar indígena, por iniciativa ou por provocação de qualquer de seus agentes ou órgãos competentes, e mesmo por demanda social; reconhecendo, ainda, a histórica exclusão social dos índios brasileiros e sua preterição nos processos político-decisórios sobre seus interesses; e reconhecendo, por fim, que

a pertinência do homem à civilização indígena deve ser funcionar como fator de sua integração à sociedade, e não de sua subtração, o voto é no sentido de:

- 3.1. com base no Projeto de Lei apresentado, constatar a impossibilidade de existência legal do Conselho de Educação Escolar Indígena, já que suas competências projetadas suscitarão inconstitucionalidade de fácil verificação, pois constitucionalmente reservadas para outros órgãos e Poder, inclusive para o Conselho Estadual de Educação, como referido no item 2.2.5;
- 3.2. com base no Projeto de Lei apresentado, constatar fragilidades de concepção do Conselho de Educação Escolar Indígena - especialmente naquilo que diz respeito à composição, ao cargo público de conselheiro estadual de educação escolar indígena de Pernambuco, à forma de investidura, e às condições de elegibilidade e de inelegibilidade -, como referido no item 2.2.6;
- 3.3. de entender que a Educação indígena e seu aspecto escolar não devam sofrer fragilidade nem perder importância, por ruptura com a compreensão da Educação como processo mais amplo, como referido no item 2.4;
- 3.4. de entender que a Educação escolar indígena tem a escola como *locus* próprio de sua realização, reclamando, mais que um conselho de Estado, projeto pedagógico que dê conta das especificidades e da plena realização do direito fundamental à Educação;
- 3.5. de propugnar que os órgãos estaduais de Educação prestem perene e total apoio à construção dos projetos pedagógicos das escolas indígenas; e
- 3.6 de propugnar que as comunidades indígenas encontrem mecanismos sociais para o fortalecimento de sua interlocução com o Estado, superando a idéia de integração e de reconhecimento oficiais, ao mesmo tempo em que, para além de seu papel social indígena, tenham a plena satisfação do direito fundamental à Educação pelo Estado e pela Sociedade.

É o voto.

#### 4. CONCLUSÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Legislação e Normas acompanha o Voto do Relator e encaminha o presente Parecer à apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2004.

ARTHUR RIBEIRO DE SENNA FILHO – Presidente e Relator  
ANTÔNIO INOCÊNCIO LIMA  
CREUZA MARIA GOMES ARAGÃO  
LUCILO ÁVILA PESSOA  
MARIA LUZINETE DE LEMOS BEZERRA

**5. DECISÃO DO PLENÁRIO:**

O Plenário do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco decide aprovar o presente Parecer nos termos do Voto do Relator.

Sala das Sessões Plenárias, em 24 de agosto de 2004.

ANTÔNIO INOCÊNCIO LIMA  
Presidente

---